



JUN-04

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 22 de junho de 2018.

Plantão: Mariana Lopes, Wellington Pereira, Fernando Maranhão, Cleiton, Júlio Reis, Rosângela, JP.

Em atividade em Brasília: Luan Badia, Herivelton, Luisão, Rafael Pereira.

INFORME NACIONAL

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA REALIZADA NOS DIAS 15 E 16 DE JUNHO.

BRASÍLIA - HOTEL BAY PARK

ENTIDADES PRESENTES: 41

NÚMERO DE DELEGADOS INSCRITOS: 171 Delegad@s credenciad@s

PAUTA:

- 1. DEBATE SOBRE AS 30H, Turnos contínuos, Flexibilização;**
- 2. INFORMES DA DN;**
- 3. CONJUNTURA NACIONAL;**
- 4. DELIBERAÇÕES CONGRESSUAIS;**
- 5. MOÇÕES.**

Dia 15 de junho, às 9 horas, teve início a plenária com a realização do debate sobre 30 horas, turnos contínuos, flexibilização, conforme deliberação congressual.

Coordenação da mesa: João Paulo Ribeiro e Marilin de Castro Cunha, e teve como expositores os ex-coordenadores gerais da FASUBRA – Léia de Souza; Gibran Jordão e a companheira Bernarda Tailana, da base do SINTUFF.

Após a apresentação de quinze minutos para os debatedores foi aberto a plenário para manifestações de três minutos. O debate encerrou às 13h, e serviu para elaboração e formatação de uma proposta de resolução para o período da tarde, que será encaminhada em conformidade com as resoluções congressuais.

A plenária foi retomada às 14h30, coordenada pelos novos coordenadores gerais da FASUBRA: Antonio (Toninho) Alves Neto, Fernando Maranhão em substituição a José Maria Castro e Marcelino.

Logo no início da plenária o companheiro Marcelino informou que seria substituído na coordenação geral pela companheira Vânia do SINTUFSCAR, conforme definição política da Chapa Sonhar Lutar que entendeu a necessidade política de ter uma companheira Mulher representando uma das coordenações gerais.

Em seguida, foram passados os seguintes informes da direção:

1. O processo de transição da nova direção;
2. O calendário de atividades desenvolvido após o congresso pela nova gestão
 - Audiência Pública sobre a crise nas universidades públicas – 30/05, no Senado;
 - Audiência Pública sobre a Crise dos Hus, realizada - 07/06, na Câmara dos Deputados;
 - Ato em defesa do serviço público dia 07/06 em Brasília.
3. Reunião ocorrida entre representação da nova direção da FASUBRA e a reitora da UnB sobre as punições e a demissão do companheiro Mauro;
4. Jornadas de Lutas.

Após os informes da direção Nacional, iniciou o primeiro ponto de pauta:

CONJUNTURA NACIONAL

A DN iniciou o debate com os representantes das forças representadas na direção, os dois coordenadores gerais, Toninho Alves, Fernando Maranhão, em seguida as companheiras Valdenise e Lucimara e Rosângela pela representação das correspondentes forças políticas. Logo após as intervenções foram abertas as inscrições aos delegad@s presentes. Foi definido o tempo de 3 minutos, definido na plenária para fala, mais 1 minuto para informe de base, caso fosse solicitado. A plenária foi suspensa as 18h para posse da nova DN da FASUBRA e retornou no dia 16.

Na posse da direção nacional da FASUBRA, compuseram a mesa as seguintes entidades: Centrais Sindicais - CUT, CTB, CSP CONLUTAS e INTERSINDICAL, além dos representantes dos partidos PCB e do PT.

A partir de 9h30 do dia 16/08 e após 88 inscrições, foram apresentadas e encaminhadas as seguintes propostas:

- Por maioria, foi aprovado o texto de conjuntura, que está anexado a este informativo.
- A construção de greve em conjunto com os SPF;
- Construção de uma pauta que unifique a categoria;
- Centrar uma luta contra as perseguições na IPE e contra o assédio moral;
- Realizar debates na base e audiências públicas nos estados em defesa dos HU;
- Retomar e organizar o GT HU;
- Atualizar o projeto de HU, que queremos.
- Fazer um dossiê sobre os HU;
- Defender junto aos deputados da esquerda a criação de uma frente parlamentar em defesa dos HU e a criação de projeto de Lei dos HU;
- Realizar um encontro nacional dos trabalhadores dos HU;
- Provocar os parlamentares na Câmara dos deputados para o projeto de Lei referente aos HU;
- Articular a ação conjunta de mobilizações das atuais greves com a construção de fóruns nos estados e com apoio dos movimentos sindicais;
- Seminário de combate de opressão, confecção de cartilhas sobre o tema;
- Acompanhar o calendário das Centrais Sindicais;
- Campanha de revogação da EC 95/2016;
- Participar do calendário de lutas definido pelo FONASEFE, de 18 a 20 com paralisação nos dias 19 e 20, nos estados e orientar a vinda das entidades das cidades vizinhas de Brasília para vigília da votação da lei da data base no STF.
- Construir o dia 03/08 como dia Nacional de luta em defesa da Saúde e do SUS;

- Atualizar o projeto Universidade Cidadã;
- Definir o dia 08/08 como Dia Nacional de luta em defesa da segurança orgânica das Universidades;
- Realizar o encontro do jurídico;
- Implementar o plano de organização das mulheres aprovado no CONFASUBRA, orientando encontros estaduais das mulheres na base e convocar o encontro nacional;
- Realizar um seminário sobre a reforma trabalhista;
- Incorporar o dia 21/06, como dia de defesa dos direitos dos aposentados, contra o reposicionamento;

TEXTO DA CONJUNTURA APROVADO NA PLENÁRIA

A FASUBRA CONVOCA A CATEGORIA PARA LUTAR EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, PELA REVOGAÇÃO DA EC 95 E DATA BASE JÁ PARA OS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO!*

Após o XXIII CONFASUBRA, realizamos a primeira Plenária Nacional, com a tarefa de implementar o Plano de Lutas aprovado no Congresso, que colocará a categoria em condições de enfrentar os ataques do governo golpista. Num cenário de crise econômica, o governo Temer caracteriza-se como profundamente antipopular, com medidas de congelamento de salários e de investimento nas políticas de educação e saúde - já precarizadas pela Emenda Constitucional 95 - desmonte dos serviços públicos, entrega das estatais, reformas que retiram direitos sociais e trabalhistas e de restrição das liberdades democráticas.

Tendo como estopim o alto preço do combustível, a conjuntura recente foi marcada pela greve dos caminhoneiros, que, com todas as suas contradições, abalou ainda mais o já frágil governo Temer. Com uma forte mobilização em todo o território nacional, a greve paralisou o país e obteve ganhos importantes para a categoria dos caminhoneiros, ainda que não tenha sido capaz de subverter a lógica que mantém altos os preços do diesel, da gasolina e do gás de cozinha, que se sustenta na política econômica colocada para a Petrobrás, pautada nos interesses de seus acionistas.

No curso da greve dos caminhoneiros, a greve dos petroleiros, injustamente decretada ilegal por meio de uma medida autoritária do Tribunal Superior do Trabalho, obteve a importante vitória de derrubar o Presidente da Petrobrás, que defendia diretamente a política de Temer para a empresa. Outra greve importante nesse mesmo período foi a dos eletricitários, que realizaram greve de 72 horas em defesa da Eletrobrás e da soberania nacional. Foram mais de 24 mil trabalhadores e trabalhadoras de braços cruzados por todo o país.

Nesta conjuntura, a nova direção da FASUBRA inicia seus trabalhos já realizando ações importantes relacionadas diretamente ao cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras das universidades e institutos federais, como a audiência pública sobre os Hospitais Universitários no dia 7 de junho, com a presença das entidades da base da Federação, e também participando do ato unificado pelo Dia Nacional de Lutas em Brasília, sendo protagonista dessa construção. A partir da audiência pública precisamos dar continuidade na luta em defesa dos HUs construindo um seminário que discuta um projeto de Lei com parceiros entre as entidades sindicais, movimentos e parlamentares que defendem a nossa causa. O objetivo é defender os HU nos marcos do SUS público e gratuito, garantir os empregos dos trabalhadores e trabalhadoras independente do seu contrato de trabalho, exigir concursos públicos via RJU e devolver a administração dos HU para as universidades revogando a Lei 12.550/2011.

Nossa tarefa imediata, definida no Congresso, é dar continuidade ao esforço de unificação do funcionalismo público federal num calendário de lutas e mobilizações que contribuam para o

processo de construção da greve dos SPF na defesa dos serviços públicos e da pauta de reivindicações da categoria, queremos negociação já! A jornada de lutas articulada no FONASEFE, que tem como ápice a votação no STF da data-base dos servidores federais no dia 20 de junho. Este momento pode representar a possibilidade de uma conquista histórica do conjunto do funcionalismo. Paralelo a isso, é preciso fortalecer a greve em curso nas universidades estaduais paulistas, apoiar a greve da UNB repudiando as demissões que entre centenas de demissões injustas, está a demissão de dirigentes sindicais. Portanto, a solidariedade a Mauro Mendes ex-presidente do SINTFUB como de qualquer companheiro(a) demitido(a), precisa ser uma tarefa da FASUBRA e de todos os sindicatos filiados.

Por isso, indicamos paralisação para os dias 19 e 20 de junho, com a orientação de vigília em Brasília para as entidades que se localizam nas cidades vizinhas à capital federal e atos nos estados para as demais entidades, preferencialmente unificados com os demais segmentos do funcionalismo e categorias em luta. Além disso, apontamos também um calendário para a primeira semana de julho, com caravana à Brasília, tendo em vista o prazo limite para aprovação na Câmara dos Deputados da Lei Orçamentária Anual (LOA), que nos coloca a necessidade de pressionar os deputados para que incluam no orçamento verbas para reajuste dos servidores públicos.

Queremos também fortalecer e dar destaque às lutas específicas da nossa categoria, que envolvem a defesa da jornada de trabalho de 30 horas sem redução de salários, a exigência de espaços democráticos nas universidades e institutos federais, para os TAE, com a paridade para eleição para reitor e que aquele que for eleito precisa ser empossado. Não abrir mão da pauta dos aposentados garantindo que todas as suas reivindicações façam parte da nossa luta. Seguir lutando de mãos dadas com as mulheres, negras e negros e com a comunidade LGBT que precisam ter a garantia que a FASUBRA e seus sindicatos filiados sejam instrumentos de luta contra todas as formas de opressões. Repudiar as perseguições e demissões.

O CONFASUBRA, em suas resoluções, entendeu que a prisão de Lula é arbitrária, política e está num contexto gravíssimo de ataques às liberdades democráticas. As decisões do nosso congresso passam, também, pela defesa da participação de Lula no processo eleitoral, pois sua prisão arbitrária e essencialmente política expressa a gravidade do cerco às liberdades democráticas.

A conjuntura complexa e difícil exige a mais ampla unidade das diversas entidades e movimentos da classe trabalhadora, no “frigor dos ovos” do cotidiano das lutas, no sentido da construção de um forte movimento que culmine na tão necessária greve geral. Nesse sentido, a FASUBRA, pelo peso de sua história e importância no movimento do funcionalismo, deve assumir o compromisso de potencializar o processo de construção da greve unificada do funcionalismo público e de construir desde as assembleias de base um processo de debate para intensificar a cobrança das Centrais Sindicais para que transformem o já indicado Dia Nacional de Lutas - 10 de agosto - numa poderosa Greve Geral no país, que seja capaz de unificar todas as lutas em curso e derrubar o governo Temer e sua política de retirada de direitos.

Ainda, a importância fundamental de que a FASUBRA seja protagonista na aproximação e convergência das lutas dos trabalhadores da educação, para além do funcionalismo público federal, na forma da construção da mobilização do campo da educação, junto ao CNTE, CONTEE, UNE, como estratégia de enfrentamento à conjuntura de ataques à educação pública no Brasil e reiterar a decisão congressual da necessidade imediata de nossa inserção efetiva na construção de espaços de frente única, como as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo além de outros fóruns constituídos.

Fora Temer! Rumo à greve geral!

EM DEFESA DAS 30 HORAS PARA TOD@S!

Uma das principais lutas da categoria é a jornada de 30h semanais. Essa reivindicação ganha mais importância quando pensamos nos problemas da mobilidade urbana (horas perdidas no trânsito, longas distâncias, etc). Todas as pesquisas confirmam que a redução da jornada incentiva a produtividade e possibilita qualidade de vida, garantindo mais tempo aos trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, há tecnologia suficiente para se reduzir a jornada (sem redução salarial) gerando mais postos de trabalho.

Outro benefício dessa proposta é a ampliação do atendimento ao público usuário aumentando o alcance dos serviços prestados a sociedade cumprindo a missão e função social das Instituições públicas de ensino – IPES.

Considerando que o IFsulRiograndense derrotou em todas as instâncias da justiça, inclusive no STF a ação do MPF que queria consagrar a ilegalidade das 30 horas nessa instituição.

Considerando que esse ano a nova ofensiva do MPF via TCU também foi derrotada, onde mais uma vez o IF sul-rio-grandense saiu vitorioso em manter as 30 horas para tod@s os TAEs com base na Lei 8112 e ao decreto 4836/2003.

A Fasubra entende que temos argumentos jurídicos que nos dão razão nesse embate, como também compreende que a redução da jornada sem redução de salários é positiva para a saúde e a qualidade de vida da classe trabalhadora diminuindo os gastos no orçamento público com as concessões de licença e afastamento por adoecimento mental. E por último, em todas as instituições que essa jornada foi implementada não houve prejuízo ao interesse público, sendo essas universidades bem conceituadas em todos os processos de avaliação oficiais.

Não aceitamos divisão da categoria, nessa luta esbarramos na resistência de instituições que procuram mil desculpas para inviabilizar nosso direito. Além da intromissão do governo federal, via seus órgãos (TCU e CGU). Eles fazem manobras para burlar as leis e não conceder as 30 h para todos e dizem que somente pode ser aplicada a algumas unidades em cada instituição. A única saída é reivindicar, conforme a lei, 30h para todos.

Somos técnicos-administrativos em educação das universidades. Realizamos atividades integradas, como parte da engrenagem da universidade, conforme estatutos de cada Instituição. Cada faculdade, instituto, hospital, compõe um todo que garante o ensino, pesquisa e extensão, fica evidente que as universidades possuem atividades em período igual ou superior a doze horas.

Diante do exposto acima:

A FASUBRA cumprindo com a resolução congressual, deve organizar essa luta nacionalmente e orienta que as entidades filiadas a Fasubra priorizem essa luta buscando no cotidiano garantir as 30 horas para TOD@S usando as táticas e jurisprudências legais necessárias em que cada situação exigir.

As 30h são legais! Um direito previsto em leis e deve ser para tod@s!

Foram aprovadas as seguintes moções:

Moção em apoio à greve nas Universidades Paulistas - Não ao arrocho!

A plenária nacional da Fasubra, realizada nos dias 15 e 16 de junho de 2018 manifesta seu apoio aos trabalhadores, trabalhadoras e estudantes das Universidades Estaduais Paulistas em greve.

As Universidades Estaduais Paulistas concentram uma parte significativa da educação pública superior no Brasil e juntas empregam diretamente dezenas de milhares de trabalhadores entre funcionários e docentes que estão tendo seus salários arrochados pela crise econômica e falta de reposição salarial.

A crise das Universidades e as políticas das Reitorias de precarização aumentam o afastamento da classe trabalhadora da Universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como prejudica o atendimento à saúde da população que os Hospitais Universitários desempenham.

Enquanto sucateiam as Universidades e os Serviços Públicos os governos garantem quase metade do orçamento público para pagamento de juros aos banqueiros e os políticos se aprofundam na corrupção e negociam com os grandes empresários.

Ao invés de lutar por mais recursos públicos as Reitorias querem jogar para os Conselhos Universitários a definição do reajuste salarial em uma clara tentativa de fragmentação dos movimentos sindical e estudantil. Os Conselhos Universitários devem retirar da pauta essa discussão. A reivindicação conjunta de pautar o reajuste salarial no âmbito da negociação entre o Fórum das Seis e o CRUESP é uma conquista histórica das categorias na USP, Unicamp e Unesp e deve ser respeitada.

Não ao arrocho!

1,5% não dá. Por 12,6% de reajuste para repor as perdas salariais!

Pela negociação entre Fórum das Seis e CRUESP!

Concurso público já! Contra a terceirização!

Em defesa do financiamento público para uma Universidade Pública para a classe trabalhadora!

MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES DEMITIDOS DA AMSTED MAXION

A Amsted Maxion Equipamentos Ferroviários S/A, atual Greenbrier Maxion Hortolândia, é uma das principais referências latino-americanas no desenvolvimento e fabricação de vagões de carga, rodas de aço, fundidos rodoviários para truques e sistema de para choque, tração e peças para os setores, automotivo, de máquinas e equipamentos de construção civil, mineração e na rede sucroalcooleira.

Toda essa referência de desenvolvimento e fabricação foi desenvolvida a anos por trabalhadores que entregaram suas vidas e seus corpos a essa empresa. Enquanto produzia milhares de vagões, rodas de aço e demais equipamentos, trabalhadores eram lesionados e reabilitados pelo INSS. Não contente em ver esses trabalhadores serem massacrados pelo trabalho árduo, agora a empresa descarta essas vidas em uma demissão em massa.

Foi assim que a empresa se descartou de cerca de 160 funcionários, demitindo-os por justa causa, impedindo a possibilidade de novos empregos. Esses ex-funcionários que tiveram seus corpos danificados pelo trabalho já não conseguiriam empregos com facilidade pelas sequelas do trabalho.

Agora, em um cenário de forte crise econômica no país, suas dificuldades aumentam.

Não fosse suficiente a dor do desemprego, juntando-se aos milhares de desempregados do país e concorrendo de maneira desigual haja vista suas debilidades físicas, vivem também o drama de nunca mais retomarem suas vidas de trabalhador. Isto porque a demissão por justa causa gerou processos criminais contra esses trabalhadores. Desta forma, a empresa não se contenta em massacrar os corpos dos trabalhadores lesionados e quer também destruir suas vidas inteiras, criminalizando trabalhadores pelo simples fato de necessitarem de emprego para sua sobrevivência e de suas famílias.

A assembleia deliberou ainda pela publicização dessa barbárie, incorporando-se na campanha internacional em defesa dos demitidos da Amsted Maxion.

Nos solidarizamos com a dor dos companheiros demitidos e estamos juntos contra toda a barbárie dessa sociedade capitalista. Reivindicamos ainda, a reintegração imediata dos companheiros, bem como a extinção do processo crime, garantindo uma vida plena e digna que todo trabalhador merece!

MOÇÃO DE APOIO AOS TÉCNICOS E TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS DA UFABC PELA EFETIVAÇÃO DAS 30H AOS SETORES COM PARECER POSITIVO DA COMISSÃO PERMANENTE DE APOIO À FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA

Considerando que a Universidade Federal do ABC reconhece que o debate pela redução da jornada deve ser tratado com seriedade e transparência tendo constituído, como acordo de greve com seus técnicos e técnicas administrativas, a Comissão Permanente de Apoio à Flexibilização da Jornada (CAF);

Considerando que, como parte do acordo de greve, a portaria de criação da CAF institui também o fluxo e os procedimentos para a implementação da jornada flexibilizada. E que, tais termos foram definidos em conjunto com representantes da Reitoria, a qual detém representante na CAF, com o mesmo poder de decisão e voto;

Considerando a justa e democrática reivindicação por parte das trabalhadoras e trabalhadores da UFABC, enquadrando-se nos termos da referida portaria, obedecendo ao Decreto nº4.836, de 9 de setembro de 2003, solicitaram a flexibilização da jornada;

Considerando que diversos setores obtiveram parecer positivo da CAF, que evidencia o cumprimento de todas as situações legais e administrativas para a flexibilização da jornada;

A FASUBRA reivindica o cumprimento total do acordo de greve por parte da Reitoria da UFABC com suas trabalhadoras e trabalhadores. Para isso, a efetiva autorização da flexibilização das jornadas às solicitações com parecer positivo da CAF é necessária com urgência. A flexibilização da jornada nos termos da CAF, além de atender a todos os critérios legais, trata de uma política cuja efetivação beneficiará a qualidade de vida e de trabalho das servidoras e servidores, e conseqüentemente do serviço prestado à comunidade acadêmica.

MOÇÃO DE APOIO AOS TÉCNICOS E TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS DA UFABC NA LUTA CONTRA A IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA

Recentemente, a UFABC convidou o SinTUFABC (Sindicato dos Trabalhadores das Universidade Federais do ABC) para uma reunião sobre a implementação do Ponto Eletrônico, em que a Reitoria informou que recebeu uma notificação do Ministério Público Federal - Procuradoria Regional da República em São Bernardo do Campo, sobre uma denúncia anônima de que a Universidade não averiguava adequadamente o cumprimento de jornada dos servidores e servidoras técnicas administrativas da UFABC.

A Reitoria da UFABC respondeu a denúncia alegando que estava implementando o ponto eletrônico com total conhecimento dos servidores e das servidoras atingidas. Apesar da resposta em 2016, o primeiro contato com o Sindicato se deu apenas recentemente, em maio de 2018 quando a mesma voltou a ser questionada pelo MPF. Nesses dois anos não ocorreu nenhum diálogo com o SinTUFABC e nem com a categoria sobre o assunto.

As novas formas de controle e vigilância se intensificaram e o ponto eletrônico tem muito menos a ver com eficiência e gestão, sendo, na realidade, controle pura e simplesmente dos trabalhadores, com uma relação desumanizada.

A proposta de controle eletrônico de frequência apresentada pela Reitoria da Universidade oferece graves retrocessos às relações laborais, acirram ainda mais as relações de trabalho, disponibiliza um novo instrumento de opressão das chefias, e podem oferecer ainda mais subsídios ao assédio moral vertical descendente sem trazer nenhum benefício aos

servidores e às servidoras atingidas ou melhoria prática para a administração da Universidade.

Assim como o SinTUFABC, a FASUBRA também se posiciona de forma contrária a mudanças e métodos que possam intensificar ainda mais a complexa questão de assédio moral e precarização das relações de trabalho. Por isso, pontuamos a autonomia administrativa e universitária constante na constituição e na LDB, bem como tratamento isonômico entre os Servidores e as Servidoras Federais.

Contra o controle de frequência eletrônico!!!
Pela autonomia administrativa universitária!!!
Contra todas as formas de assédio!!!
JUNTOS SOMOS FORTES.

MOÇÃO DE APOIO A CONSTRUÇÃO DE UM ESTUDO DIAGNÓSTICO DE TODAS AS FORMAS DE ASSÉDIO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC QUE NORTEIE A IMPLANTAÇÃO DE UMA PRÁTICA EFETIVA DE COMBATE, COM A RESPONSABILIZAÇÃO DO ASSEDIADOR E DA ASSEDIADORA E NUNCA DO ASSEDIADO OU ASSEDIADA

Ao longo de quase 12 anos de existência da Universidade Federal do ABC, nunca fora instituído qualquer política institucional de combate efetivo a todas as formas de assédio, que responsabilize o assediador e a assediadora enquanto preserve o assediado ou a assediada, gerando situações graves, como o SUPER PAD instaurado pela Universidade como forma de punir 22 técnicos e técnicas administrativas que denunciaram más práticas do coordenador do setor em que trabalhavam, sendo 19 servidores e servidoras denunciantes do setor, mais os três coordenadores gerais do Sindicato, resultando em 10 servidores e servidoras injustamente punidos, caso amplamente divulgado para FASUBRA a época.

Em vista dessa situação, é de suma importância para a saúde do trabalhador e da trabalhadora o levantamento de casos existentes, quais as medidas adotadas, e se houve algum acompanhamento posterior em casos já identificados para evitar recorrências de assédio e/ou danos a saúde e a qualidade de vida dos servidores e das servidoras envolvidas.

Através do estudo faz-se necessário uma política pedagógica e humanizada de combate a todas as formas de assédio, de forma a trazer ganho efetivo nas condições de trabalho e saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Diante do exposto, não podemos permitir a adoção de ferramentas que contribuam para o tensionamento das condições de trabalho, que possam aumentar os casos de assédio, como a tentativa recente de implantação de controle de frequência eletrônico.

A construção desse estudo é urgente!!!
A política de combate ao assédio também!!!
Contra o controle de frequência eletrônico!!!
Contra todas as formas de assédio!!!
JUNTOS SOMOS FORTES.

MOÇÃO DE APOIO ÀS MULHERES ARGENTINAS

Após meses de mobilização massiva nas ruas, com seus paninhos verdes, as argentinas pressionaram o congresso e, por 129 votos a favor e 125 contra, a descriminalização do

aborto acaba de ser aprovada. Ainda passará pelo Senado, mas já é uma vitória na história do feminismo latino-americano.

O triunfo das mulheres argentinas faz parte do ascenso feminista em todo o mundo. Desde o Ni Una Menos, Me Too, Greve Internacional das Mulheres e demais movimentos, um verdadeiro tsunami feminista tem obtido vitórias, e todas pela via da mobilização, seja nas greves, nas ocupações ou nas ruas.

Na Irlanda também foi aprovado o aborto. É importante destacar que ambos são países muito católicos, com um peso importante da Igreja, mas, nada disso foi suficiente para paralisar as mulheres.

Que essa onda verde venha para toda a América Latina e que as mulheres brasileiras, a exemplo do que já temos feito no último período, estejamos na luta também pela aprovação do aborto no nosso país. A única coisa que pode garantir nossa vitória é seguir o exemplo das hermanas e ocupar as ruas por nossos direitos sexuais e reprodutivos!

Nenhuma a menos!

Nenhuma mulher morta por aborto clandestino!

É pela vida das mulheres!

MOÇÃO DE APOIO À VITÓRIA FEMINISTA NA ARGENTINA

Com uma diferença de quatro votos (129 a 125), a Câmara dos Deputados da Argentina aprovou, após quase 24 horas de sessão, a descriminalização do aborto naquele país, o que significa dizer que está legalizada a interrupção da gravidez até a 14ª semana. Para casos de estupro, risco de vida para a mãe e malformação fetal o prazo pode ser estendido. A proposta agora vai para o Senado, onde, segundo notícias do jornal Clarín, também há perspectivas de que seja aprovada, já que os dois líderes dos blocos majoritários, o peronista e o radical, declararam que o projeto poderia, inclusive, ser votado “antes das férias de inverno”, ou seja, ainda nesse mês de junho.

Essa aprovação é de suma importância para o movimento feminista da América Latina, uma vez que, com isso, a Argentina passa a ser o terceiro país a descriminalizar o aborto, juntamente com Cuba e Uruguai.

As mobilizações das mulheres, obviamente, foram fundamentais para essa conquista. No início desse mês fez três anos do movimento Ni Una Menos, quando centenas de milhares de pessoas foram às ruas denunciar a violência de gênero na Argentina após um estupro seguido de morte sofrido por uma menina de apenas 16 anos. Porém, além deste, as movimentações das hermanas pela pauta dos direitos reprodutivos datam de pelo menos mais de uma década, quando foi lançada a “Campanha Nacional Pelo Direito ao Aborto”, que completou 13 anos em 28 de maio. Essa campanha tem lutado, com argumentos, em diferentes espaços: universidades, escolas, etc.; e em diferentes áreas, especialmente no Direito e na Comunicação pelo que também nomeiam de “despenalização social”.

Tudo isso levou a estatística de que 60% da população aprova o projeto de lei que legaliza o aborto na Argentina, segundo pesquisas recentes. Contudo, nos dias em que aconteceram as votações do projeto, fora observado desde a meia-noite de quarta-feira, um corredor cercado que cortou em duas a Praça do Congresso e parte da Avenida de Mayo, demonstrando a divisão da sociedade argentina em relação a pauta, uma vez que é, como cá, lá também um país católico e, por isso, foi feita uma forte oposição da Igreja Católica, inclusive com posicionamentos públicos contraditórios do papa Francisco, que, apesar de manifestar diversos ideais progressistas, nesta pauta, foi contrário, mesmo que, segundo o Ministério da Saúde da Argentina, sejam realizados entre 370 mil e 522 mil abortos clandestinos anualmente, com cerca de 10 mil internações e 63 mortes por complicações durante essas práticas somente no ano de 2017. Todavia, também semelhante ao Brasil, observa-se a existência do combativo grupo Católicas pelo Direito de Decidir (CDD).

Boa parte das que têm protagonizado tanto as marchas quanto os debates sobre a necessidade de tornar o aborto legal são meninas de 12 a 17 anos, que organizaram

assembleias em suas escolas e que ocuparam dezenas delas em vigília à votação, sempre portando ou vestindo seus lenços verdes, que tornaram símbolo do movimento.

Segundo Miranda Gonzalez Martin, antropóloga e membro da campanha, o verde "era uma cor que estava vaga", já que violeta é a cor do feminismo, laranja é frequentemente usada pela Igreja e o vermelho pelos partidos políticos da esquerda. A escolha do uso do lenço, por sua vez, faz referência e presta homenagem às Mães e Avós da Plaza de Mayo, movimento de mulheres argentinas que exigiram – e conseguiram, em muitos casos, – encontrar suas filhas e filhos desaparecidos durante a Ditadura. Assim, o lenço virou um código, um sinal de que existe alguém de confiança ali, uma companheira.

As mobilizações fizeram com que muitas deputadas, de diferentes blocos, passassem a se sentirem identificadas com o que acontece fora, nas ruas, e levassem essas disputas importantes a seus próprios partidos.

Essa grande vitória na Argentina é motivo de orgulho para todas as feministas latino-americanas. O debate está tomando proporções continentais no cone sul, com solidariedade em vários países, especialmente por parte das chilenas.

No Brasil, é importante lembrar, que a Primavera Feminista começou já há alguns anos, com importantes movimentos como Marcha das Margaridas, Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Vadias, entre outras, mas, recentemente, teve grande destaque também pautando as questões de direitos reprodutivos, quando Eduardo Cunha tentava aprovar um projeto de lei que restringia até mesmo a pílula do dia seguinte. Naquela ocasião, milhares foram às ruas no país inteiro no movimento Mulheres Contra Cunha. Em 2017 conseguimos paralisar a discussão do PL 181 que queria restringir os casos de aborto legal, movimento que contou, inclusive, com participação do Comando de Greve da Fasubra em Brasília que acompanhou in loco algumas sessões de discussão na Câmara. Entretanto, a legalização do aborto, ainda não ocupou massivamente as ruas no Brasil. Em 2016, uma turma do STF julgou pela descriminalização até a 12ª semana, e desde então, há inúmeras tentativas no Congresso Nacional de aprovar projetos que ataquem ainda mais os direitos reprodutivos das mulheres. Mas também há iniciativas ousadas, como a entrada da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) no STF para que julgue a legalização do aborto até a 12ª semana, baseado no argumento de ferir os direitos constitucionais das mulheres.

Como Resolução do CONFASUBRA, as mulheres de nossa categoria aprovaram que esse debate seja fomentado de maneira mais profunda nas bases, tendo em vista que nossa realidade nos aponta que no Brasil, cerca de 800 mil mulheres praticam abortos todos os anos. Dessas, 200 mil recorrem ao SUS para tratar as sequelas de procedimentos malfeitos e para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a situação pode ser ainda mais alarmante: o número de abortos pode ultrapassar um milhão de mulheres. O aborto é o quinto maior causador de mortes maternas no Brasil. Segundo um estudo publicado em 2013, uma a cada cinco mulheres com mais de 40 anos já fizeram, pelo menos, um aborto na vida. Hoje existem 37 milhões de mulheres nessa faixa etária, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, estima-se que 7,4 milhões de brasileiras já fizeram pelo menos um aborto. (segundo dados da Câmara dos Deputados). Diariamente, 4 mulheres morrem nos hospitais por complicações do aborto. Números do Ministério da Saúde mostram que só internações por complicações em razão da interrupção da gravidez chegaram a 123.312 em 2016 (segundo dados do jornal Estadão). Todos esses números nos provam que a discussão sobre aborto não diz respeito a questões religiosas, mas, sim, de saúde pública e, fundamentalmente, da vida das mulheres!

Por isso, a Fasubra se solidariza e apoia a todas as mulheres em luta da Argentina e de todo o mundo, lembrando que em 2017 foi realizada em todo mundo a Greve Internacional das Mulheres no dia 08 de Março e, particularmente para nós, foi o pontapé inicial da nossa exitosa Greve Geral de 28 de Abril daquele ano.

As mulheres apontam o caminho: é nas ruas e na luta que garantiremos nossos direitos e nossas vidas!

Se cuida, se cuida, se cuida seu machista, a América Latina vai ser toda feminista!

Moção de repúdio ao governo da Rússia, à FIFA e ao Itamaraty pela postura anti-LGBTI

Reunida em plenária nacional em 16 de junho de 2018, a FASUBRA Sindical repudia a medida da Associação Internacional de Federações de Futebol (FIFA) que recomenda às pessoas LGBTI a não manifestação homoafetiva e política destas durante a Copa do Mundo da Rússia em 2018.

A FASUBRA repudia também o governo da Rússia pela política anti-LGBTI em vigor no país, que proíbe manifestações da comunidade LGBTI, punindo cidadãos de qualquer nacionalidade com prisão.

A FASUBRA é veementemente contrária à atitude do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) por reafirmar a recomendação da FIFA.

Por fim, a FASUBRA exige que as entidades mencionadas reposicionem-se frente a esta afronta à comunidade LGBTI. Para nós, este tipo de atitude é inadmissível e deve ser erradicada, inclusive na promulgação de futuros eventos desta magnitude, para que não aconteçam mais em países com discriminação e preconceito promovidos pelo Estado.

FASUBRA Sindical na luta pela diversidade humana!

Na luta pelas LGBTI!

Nenhuma LGBTI a menos!

Moção de apoio às caminhoneiras e caminhoneiros na luta por remuneração digna

A plenária nacional da FASUBRA sindical, reunida nos dias 15 e 16 de junho de 2018, em Brasília-DF, manifesta seu apoio as trabalhadoras e trabalhadores caminhoneiros autônomas e autônomos mobilizadas e mobilizados em Brasília-DF, para garantir a tabela mínima de fretes com remuneração digna a todas e todos caminhoneiras e caminhoneiros bem como, um marco regulatório que não retire direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A vontade dos empresários, organizados através da CNI e CNA, de diminuir os valores mínimos de frete não deve ser atendida pelo governo.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2018	
JUNHO	
18 a 20	Jornada de lutas dos SPF
19	Audiência da Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais - UnB
20	Seminário Nacional de Avaliação dos 4 anos do PNE – Câmara dos Deputados
21	Reunião do Pleno do FNPE – Auditório da CNTE – CONIC
21	Encontro dos coletivos Jurídicos dos SPFs – Sede da FENAJUFE
26	Reunião de Conselho Político da auditoria da Dívida – Sede da OAB
26	Seminário LGBTI - Assufrgs
28, 29 e 30	IX Seminário dos Condutores Oficiais (Motoristas) do IFES – UFMG

JULHO	
01	Parada LGBT – Brasília/DF
17 à 20	Encontro de Pró-Reitores FORGEP – Porto Alegre/RS
AGOSTO	
05 a 11	Seminário Nacional de Segurança – Brasília/DF